

O CORPO COMO OBJETO E ALVO DE PODER NO BRASIL DO PERÍODO VARGAS

The body as an object and target of power in Brazil during the Vargas' period

José Antonio de Andrade

Doutorando em História Política, Movimentos Sociais e Memória na Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do grupo de pesquisa Regime Vargas e seus desdobramentos, da UERJ.

Grit Kirstin Koeltzsch

Doutora em Ciências Sociais, mestre em Teoria e Metodologia das Ciências Sociais e antropóloga. Professora do quadro permanente na Universidade Nacional de Jujuy (Argentina) e diretora do Centro de Estudos Indígenas e Coloniais (CEIC), da mesma universidade.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar argumentos para o entendimento dos conceitos que regem a relação entre corpo e poder, especialmente do corpo como ferramenta para afirmação ideológica de poder no Brasil do período Vargas. Traçar-se-á um breve relato do uso e das representações do corpo na história, a fim de subsidiar as ideias apresentadas. A partir de documentos oficiais, escritos de autoridades e matérias da imprensa, comparados a uma sociologia do corpo já existente, buscar entender como o rápido desenvolvimento dos meios de comunicação, aliados a um projeto de governo autoritário, lidou com essa questão. Quais foram as rupturas, permanências ou inovações acerca dessas representações? Quais significações e ressignificações tornaram-se elementos da narrativa acerca do corpo naquele momento histórico? Concluímos que, a relação entre corpo e poder no Brasil seguiu um processo de evolução, não no sentido qualitativo, mas de adaptação aos momentos históricos.

Palavras-chave: punição; racionalidade penal moderna; racismo; direitos humanos

Abstract

The aim of this article is to present arguments for understanding the concepts that govern the relationship between the body and power, especially the body as a tool for the ideological assertion of power in Vargas-era Brazil. A brief account of the use and representations of the body in history will be drawn up to subsidize the ideas presented. Based on official documents, the writings of authorities and press reports, compared to an existing sociology of the body, the aim is to understand how the rapid development of the media, combined with an authoritarian government project, dealt with this issue. What were the ruptures, continuities or innovations in these representations? What meanings and re-significations became elements of the narrative about the body at that historical moment? We concluded that the relationship between the body and power in Brazil followed a process of evolution, not in the qualitative sense, but in terms of adapting to historical moments.

Keywords: punishment; modern penal rationality; racism; human rights

Introdução

No corpo estão inscritas todas as regras, todas as normas e todos os valores de uma sociedade específica, por ser ele o meio de contacto primário do indivíduo com o ambiente que o cerca (Daolio, 1995, p. 105)

Pelo presente artigo não se intenta uma possível afirmação, nem mesmo uma construção metodológica para a história do corpo, nem contanto do corpo na história. Buscar-se-á unicamente o diálogo com o que já foi estabelecido para, entre harmonias e contradições, trazer à lume novas possibilidades interpretativas, para, a partir delas, poder entender melhor os usos do corpo como ferramenta para afirmação ideológica de poder no Brasil do período Vargas (1930-1945).

É fato que o estudo do corpo na história não configura em trabalho de fácil operação, contudo, as próprias dificuldades expressadas por autores que anteriormente se dedicaram ao tema podem ser tomadas como ponto de partida para sua efetivação. Tais dificuldades podem, numa hipótese plausível, serem consideradas novos objetos de debate para a definição do corpo como sujeito e alvo de intervenção histórica. Tal tendência, embora possa ser considerada mais evidente a partir do início do século XX, pode-se dizer que foi um pensamento que evoluiu em paralelo à história humana.

No contexto em que o trabalho está situado, é essencial reconhecer o Brasil dentro da nossa América, onde os corpos ameríndios sofreram um profundo impacto e foram essencialmente transformados pela colonização europeia. Ao mesmo tempo, e considerando que o corpo é constituído com base em nossas percepções e acordos sobre sua natureza, o pensamento ocidental também apresenta certas ambiguidades. Por um lado, o ser humano é considerado uma espécie de animal entre outras, por outro lado, a humanidade é uma condição moral que exclui o humano (Viveiros de Castro, 1986), o que aconteceu, por exemplo, no continente americano após a conquista. Em termos políticos, os corpos foram moldados de acordo com o sistema colonial. “Os novos corpos resultantes da miscigenação e da colonização foram, primeiro, objeto de atenção de uma política ético-estética e, depois, de uma política espiritual” (Gutiérrez Estévez, 2010, p. 19).

A partir desse contexto, o objetivo do artigo é apresentar argumentos para o entendimento dos conceitos que regem a relação entre o corpo e o poder. Na primeira parte, buscaremos definir, bem como traçar as diferenças desses conceitos, entre os campos da fisiologia e da psicanálise. Em outras palavras, buscaremos clarificar a disputa travada ao longo da história entre a existência de um corpo mítico, sacralizado e transcendental, em confronto com um corpo material, mundano, vulnerável e finito. Depois, partiremos a um breve relato dos significados do corpo ao longo da história. Neste caso, buscaremos demonstrar que a história do corpo pode ser tomada como a história da própria ideia de

civilização, portanto, de um sistema de poder, ou, quando menos, como uma ferramenta para tal.

Na parte principal, analisaremos a instrumentalização dos corpos como objeto de legitimação de poder no Brasil. Trata-se de um processo cujas ações marcaram nossa história a contar dos seus primeiros dias. Desde a subjugação dos povos originários, da escravização desses e de africanos aqui trazidos, da dualidade masculino/feminino, a mentalidade nacional acerca dos significados do corpo foi paulatinamente construída.

Já no Brasil República, os sujeitos desse processo, à parte da sociedade intendida, foram transformados em depositários de um medo coletivo, a partir do que, elementos e usos de violência contra os quais foram naturalizados. A partir de todos esses elementos que estiveram na base das relações políticas e da construção do poder com o fim da Primeira República, buscaremos entender a relação entre corpo e poder para o que se pretendia um Brasil novo.

Concluimos que, a relação entre corpo e poder no Brasil, a exemplo do que ocorreria em diferentes sociedades, seguiu um processo de evolução. Não uma evolução no sentido qualitativo do termo, mas sim, no sentido de adaptação aos momentos históricos, transformando-se cada vez mais em uma ferramenta de legitimação de uns, e de doutrinação de muitos.

Definindo conceitos: entre a fisiologia e a psicanálise

A grande questão que se coloca para o estudo do corpo é justamente a que concerne à sua conceituação. Em grande medida, o que se concebeu para a conceituação do corpo ao longo da história atende a premissa da sua dualidade, a saber, objeto e espírito (Rodrigues, 1999). A partir dessa visão dual de concepção do corpo, a depender do fim que se busca, alude-se à separação entre material e espiritual, portanto, é esse dualismo psicofísico a base para a definição sob os pressupostos conceituais da fisiologia e da psicanálise.

Em termos mais palatáveis, apela-se a sacralidade do corpo, ou seja, de um corpo devedor de um plano além do palpável, do visível, como portador de alma e espírito, entidades imateriais, imortais e transcendentais. Contudo, permite também o apelo à finitude do corpo. Nesse caso, a sua existência a partir do material o sujeita a condição de vulnerabilidade própria desse campo, portanto, passível de negligência (Soares, 2002).

Para o segundo caso, a questão acerca do corpo não vai além da sua própria existência material, portanto, sua capacidade é unicamente explicar sua biologia, negando assim a sua existência no plano transcendental. Quanto ao primeiro, partindo de uma concepção psicanalítica, abre-se um leque bem mais complexo. Nesse caso, o corpo mate-

rial corresponde a uma parte do todo, atuando como o suporte da mente, o campo da sua imortalidade, ou seja, da inteligência, dos sentimentos e das emoções.

Infere-se então que para promover uma investigação psicanalítica do corpo, o ponto de partida está exatamente na concepção fisiológica, uma vez que essa, além de suportar as questões próprias já mencionadas, agrega também atributos culturais e históricos, herdados do conjunto social, possibilitando assim uma interpretação mais global do corpo. Tal interpretação, de um corpo holístico (Martins, 2015), se relaciona ao desejo de se construir um corpo uno, completo e complementar em sua mais distintas dimensões, a saber:

a física (materialidade do corpo em si e por si mesmo); a fisiológica (a inter-relação de sistemas e funcionamento); a social (lôcus das interações interpessoais); a histórica (a relação de espaço-tempo da existência do corpo); a energética (a sua força motriz) e a cultural (orientações quanto ao modo como o corpo vive, como atua e reage) (Costa, 2011, p. 67)

Trata-se nesse caso da necessidade do homem em desafiar a sua própria finitude, oriunda da sua condição material, empenhando-se então na busca por atributos que o possam fazer romper essa concepção. Ao longo da história, fosse por meio de crenças, simbologias ou pela coadunação delas, o homem buscou sintetizar tais premissas a fim de elaborar uma nova concepção de corpo holística, livre daquela limitação material.

Um breve relato acerca das interpretações do corpo na história

Ainda que nosso objetivo seja a interpretação dos usos do corpo na contemporaneidade, mais especificamente no Brasil das décadas seguintes a revolução de 1930, entendemos que tal objetivo necessita ser assente em um relato, ainda que breve, do percurso histórico acerca das interpretações do corpo na história. Por esse relato, intenta-se o entendimento de como o corpo foi sentido, pensado e aspirado desde o início do que viria a ser a sociedade ocidental. Nesse sentido, importa considerar aspectos sociais e/ou culturais que possam ter contribuído para a interpretação dos significados do corpo na nossa sociedade.

Ao observar o percurso do corpo na história, duas inferências são inevitáveis. A primeira delas é de que a história do corpo pode ser tomada como a história da própria civilização. A segunda, com base na mutabilidade das interpretações acerca da representatividade do corpo ao longo dos tempos, entre o morrer e o alvorecer de novas sociedades, percebe-se que tais mudanças possuem sua origem no campo do discurso. Em termos mais precisos, muda-se o discurso, mudam-se as interpretações para o corpo.

Nesse caso, o significado para o corpo pode ser encarado como o resultado da ação direta de cada sociedade sobre ele. A partir da escolha de determinados símbolos e comportamentos em detrimento de outros, constrói-se seus próprios padrões. Sensualidade, beleza, postura, saúde, etiquetas, entre outros, são modelos elementares para essa construção da significação do corpo. “Ao longo do tempo, esses modelos produziram a história corporal, funcionando como mecanismos codificadores de sentido e produtores da história corporal” (Rosário, 2011, p. 27). Tais modelos representam, na verdade, “um conjunto de atitudes permitidas ou não, naturais ou não” (Mauss, 1974, p. 215) decorrentes do processo de construção social, podendo ser reproduzido pelo indivíduo de forma consciente ou inconsciente.

Para Marcel Mauss, esse processo é retroalimentado durante o tempo, uma vez que o indivíduo tende a imitar “atos que obtiveram êxito e que ele viu serem bem sucedidos em pessoas em que confia e que têm autoridade sobre ela” (*Ibidem*). A partir dessa imitação, constituiu-se a perpetuação dos modelos de comportamento ao longo da história humana e o corpo foi transformado em sujeito e objeto de poder.

Foucault argumenta que tal entendimento acerca do corpo é uma descoberta da antiguidade clássica. Para o autor, embora não seja talvez o início de tudo, é nessa época que podem ser encontrados com maior amplitude “sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (Foucault, 2007, p. 117).

De fato, nesse período da história, especialmente na Grécia, eram fortes as concepções de idealização do corpo. Tais idealizações, que perduram como referência milênios depois, revela o caráter estético de uma construção idealista do corpo. Todo o processo por trás da concepção de um corpo ideal, correspondia na verdade, na conformação ideal do que deveria ser o cidadão grego, ou seja, os homens livres. O fato de excluir desse ideal de corpo mulheres e escravizados, conota a relação do corpo e a manutenção das representações de poder.

Toda essa relação de poder era refletida na etiqueta, na moral e nas regulações da vida social. Na sociedade grega, o prazer era exclusivamente do corpo masculino. Ao feminino cabia a obediência. Desde o sistema legal até as condutas sociais, corpos femininos e masculinos eram distintamente tratados (Tucherman, 2004). Até mesmo os deuses eram a representação do masculino, ou melhor, de seres humanos aperfeiçoados, com a perfeição do que se podia alcançar. É importante notar que essa forma idealizada de pensar e viver o corpo definia também formas de estar na sociedade e princípios filosóficos e sociais, para os quais a visão era o sentido primordial. “O olhar, o reflexo de si, eram encarados como fundamentais para as relações de poder, portanto, para o funcionamento da sociedade” (Cunha, 2004, p. 178).

A ideia do poder relacionado ao corpo, ao masculino, também foi realidade em Roma, contudo a partir de novas representações. Enquanto na Grécia o elemento símbolo era o cidadão, em Roma a simbologia da perfeição masculina do poder era representada pelo Imperador. Contudo, não era o corpo do imperador que simbolizava diretamente esse poder, mas a sua representação. Grandiosos monumentos eram construídos para que todos pudessem admirar, acreditar e obedecer (Tucherman, 2004). O culto ao corpo grego deu lugar ao culto ao Imperador (Grillo; Funari, 2015).

Contudo, após Edito Tessalônico (Guerras, 1992), a questão do corpo sofre um mudança de perspectiva dramática. Com a adoção pelo Império Romano do cristianismo como religião oficial, as representações do corpo observadas por essa corrente filosófica suplantaram as possibilidades relacionadas à corpolatria. O corpo perde sua condição de expressão do perfeito para ser encarado como a fonte do mal, do pecado, portanto devendo ser silenciado, proibido. O único corpo passível de adoração era o corpo sofredor. O sofrimento era uma dádiva ao espírito, a única dimensão que importava.

A lição divulgada era a morte de Cristo, o “lidar bem com a dor do corpo, que seria mais importante que lidar com os prazeres” (Tucherman, 2004, p. 84). Evidencia-se a luta entre o espírito e a carne, sendo a prevalência do primeiro sobre a segunda o estágio sublime a ser alcançado (Vaz, 2006). Essa visão do corpo, como objeto vexatório, prisão impura do espírito, puro perdurou por mais de mil e quinhentos anos, atravessando toda a idade média.

A ideia de que o corpo deveria ser mortificado, desprezado, só encontrou barreiras com o advento do renascimento. Para o pensamento renascentista, a ideia do sacerdote como um ser orientador das regras morais e sociais não era válida, e as ações humanas deveriam ser guiadas pelo método científico. O ser humano ganhava mais liberdade e o corpo passava a ser prospectado por uma nova concepção. O avanço dos métodos científicos despontava e cada vez mais passavam a ser considerados como a única forma de aquisição do conhecimento.

A atenção ao corpo estava na ordem dos acontecimentos e o controle e a disciplina sobre ele passaram a ser considerados preceitos básicos. O desempenho de tais atividades eram recomendados, tudo sob rígidos métodos, como se imaginava em critérios norteados pela razão. Era o declínio final dos sacerdotes, em outras palavras, era o ocaso da alma e a redenção do corpo, que, mesmo carregado das cicatrizes voltava a ser soberano. Contudo, seria essa mesma disciplina, que o levou ao apogeu, a causa de sua ruína.

Sobre as disciplinas, Foucault definiu-as como sendo os “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 2007, p. 118). A disciplina submetia o sujeito, domando suas forças, evidenciando-as para torná-lo uma máquina útil

de produção e sufocando-as em termos políticos, levando-o a obediência (Koeltzsch, 2019). Cria-se assim uma relação de forças internas ao indivíduo perfeitamente adaptada a interesses externos, em que “a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho [e] a correção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre a aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (*Ibidem*, 119). Em outros termos, a disciplina domava à vontade, contribuindo para tornar o indivíduo subserviente (Pelegriani, 2005).

De fato, os ideais iluministas — séc. XVII-XVIII — contribuíram para a depreciação do corpo. Punha-se à lume uma nova dissociação entre corpo e alma (razão), relação em que o corpo estava relegado ao plano inferior (Pinker, 2018). Concomitantemente, as necessidades de exercer o domínio sobre o corpo emularam para a circunscrição do homem como um ser passível de ser moldado e, portanto, de ser explorado. Essa lógica seria a razão principal do novo pensamento econômico que surgia, o modo de produção capitalista (Oliveira, 2002).

Tal modo de produção, ditado pela revolução industrial, provocou uma drástica reorientação da relação entre o trabalhador e o trabalho. A partir do advento de tal revolução, com a divisão técnica do trabalho, esse foi reduzido a uma simples reprodução mecânica, para a qual não há que se empregar qualquer nível de criatividade. Nesse sentido, o corpo passou a ser encarado como uma máquina, cuja função era quase que exclusivamente o acúmulo de capital. Era o poder disciplinar na sua forma de ação mais explícita, como o regente não só dos corpos, mas também dos seu movimentos.

O mecanismo de ação dessa nova forma de poder, segundo Foucault consistia em agir nas mais diversas instituições, desde escolas, hospitais, prisões, quartéis, entre outros, até chegar às fabricas. O objetivo era promover a submissão do corpo, controlá-lo por meio de uma ação de coerção que abrangia o espaço, o tempo, atingindo a articulação dos movimentos corporais (Foucault, 2002).

Com a expansão do modelo capitalista, especialmente a partir do século XIX, a forma de produção industrial não encontrou limites. Uma consequente padronização dos gestos — resultado da condição fisiológica dos comportamentos laborais — instaurou-se nas manifestações corporais levando a sociedade a um processo de homogeneização. Os novos meios e técnicas de produção em larga escala selecionava e delimitava gestos e hábitos, num processo que se exteriorizava às fabricas e atingia outras esferas da sociedade, especialmente a educação do corpo. Essa, em um processo circular, passou a refletir-se não só nos meios, mas principalmente nos interesses de produção (Hobsbawm, 1996), a partir do que, o corpo pode ser encarado como um objeto a serviço do processo econômico.

O elevado desenvolvimento tecnológico e científico propiciado pelo desenvolvimento da sociedade industrial foi profícuo em apresentar novas possibilidades para domínio do corpo, para o qual o desenvolvimento exponencial dos meios de comunicação

merece destaque. Embora possa ser alegado que o conhecimento facilmente acessado pudesse contribuir para a “formação de ativos e livres, com ênfase na liberdade do corpo, contrariando as práticas mecanicistas” (Pai; Strey, 2004, p. 53), de fato, contribuiu para a padronização dos conceitos.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, especialmente a partir do início do século XX, o seu grande poder de influência sobre o pensamento coletivo se mostrou mais propenso a sufocar as liberdades que em promovê-las (Caparelli, 1986). A padronização de conceitos de beleza se mostrou um dos principais ativos desse mecanismo de dominação. Ancorada pela necessidade de consumo criada pelas novas tecnologias e homogeneizada pela lógica da produção, foi responsável por uma diminuição significativa na quantidade e na qualidade das vivências corporais do homem contemporâneo” (Barbosa *et al*, 2011).

Com efeito, a intervenção proporcionada pelos meios de comunicação de massa no que era tomado a conhecer pelo tecido social, evidenciou as reproduções do corpo a um novo e grande número de indivíduos. Surge então uma nova e eficaz maneira de limitar o corpo. Por meio da padronização podia se legitimar ou rotular negativamente gestos, comportamentos e ações. Em outras palavras, era a submissão do corpo, que transformar-se-ia em uma ferramenta ideal para a legitimação do poder político.

O corpo como objeto de legitimação de poder no Brasil

A relação entre corpo e poder no Brasil não é uma história nova. Efetivamente, essa é uma questão que esteve presente desde os primeiros momentos da colonização (Damiani *et al*, 2018). Desde o primeiro momento da chegada dos portugueses esse embate foi posto, especialmente entre brancos e indígenas. Inicialmente, as informações produzidas pelos primeiros “sobre aquelas pessoas ‘exóticas’ eram sempre voltadas para seus corpos [...]” sempre salientando “seus maus costumes” (Del Priori; Amantino, 2018, p. 17, *loc cit*) aos olhos do colonizador.

Toda essa inquietude com o corpo do nativo tinha base na visão cristã do colonizador e na busca em cristianizá-lo, portanto, controlá-lo. Essa foi uma das principais formas utensiliadas para a colonização do novo mundo. Desde suas crenças, rituais, cultura, sexualidade etc., tudo deveria ser subjugado. “O corpo indígena, nu e praticante de atos considerados [...] como ofensivos a Deus, precisava ser domado” (*Ibidem*).

Concomitante a esse processo, outro, tão cruel quanto, se desenrolava durante os engenhos para a construção do Brasil. A escravidão, que além dos povos indígenas, utilizou-se de um número incomensurável de pessoas de origem africana. Indivíduos das mais diferentes etnias, línguas e crenças passavam a ser somente africano, negro, que tinha por

direito trabalhar, e obedecer (Bivar Marquese, 2020).

O domínio do corpo escravizado era para além de uma questão legal, uma obrigação. Uma clara concepção dessa ideia podemos retirar do livro do jesuíta Jorge Benci, obra dedicada ao governo dos escravos. O fundamento da obra de Benci residia nos deveres recíprocos entre senhores e escravizados, pois em suas palavras, “assim como o servo está obrigado ao senhor, assim o senhor está obrigado ao servo” (Benci, 1977, p. 51). A natureza dessas obrigações o próprio Benci tratou de descrever.

Aos escravizados o dever a obediência e o direito ao castigo, aos senhores, o dever de aplicá-lo. Em seu terceiro discurso o jesuíta deixa claro a necessidade da aplicação dessa regra. Para ele, o caráter dos escravos, “rebeldes e viciosos” por natureza, tornava o castigo fundamental para mantê-los “domados e disciplinados”, uma vez que, segundo Benci, “os pretos unicamente governam suas ações pelo temor” (*ibidem*, p. 63, *loc cit*).

Essa busca pela dominação do corpo subjugado perdurou por séculos no Brasil, perpassando por colônia e império. Somente com o fim da escravidão e em seguida, o fim do Império é que novas perspectivas acerca do corpo puderam ser concebidas, porém não necessariamente menos agressivas. Àqueles que já não mais era obrigado a obedecer e nem mais objetos dos castigos dos seus antigos senhores, um outro olhar os esperava. No alvorecer da nova república, os corpos negros, oriundos da escravidão encerrada, eram então vistos como um perigo que rondava à margem da sociedade. Seus corpos vulneráveis se tornaram o temor daqueles que outrora os dominavam. Era o “medo branco de almas negras” (Chalhoub, 1978, p. 92).

Contudo, as representações dos corpo no Brasil iam além da questão da subordinação do diferente, fosse o indígena ou o escravo negro. O corpo como fonte de poder também era uma realidade entre os próprios colonizadores, sendo a principal representação a dualidade masculino/feminino. Desde o Brasil Colônia, a organização social estava pautada pelo patriarcalismo. O homem era o chefe da casa e da organização familiar, enquanto a mulher tinha “papéis definidos nesta estrutura familiar, como de subordinação, papéis estes para o qual [era] criada desde a mais tenra infância” (Ruzik, 2005, p. 119).

A principal característica desse modelo de sociedade patriarcal é a definição de alguns pressupostos comportamentais que compulsoriamente devem ser considerados. A saber: “[...] a virilidade e a honra como marcadores da identidade masculina; a docilidade e a submissão caracterizando a identidade feminina” (Oliveira, 2012, p. 73). Tal modelo de organização social possui como base a superioridade do corpo masculino sobre o feminino, uma vez que tais pressupostos vão além do círculo familiar, e são referendados pelas demais organizações do conjunto social. O papel de operadoras de comportamentos restritivamente femininos, circunscritos a esfera privada tem sido ao longo do tempo um eficaz mecanismo de controle sobre a mulher, no qual a escola, a religião e a moral desem-

penharam papel fundamental (Andrade, 2005).

A partir de um juízo moral, o corpo feminino foi continuamente regulado, especialmente por meio do controle da sexualidade. Assim, o corpo feminino ficou submetido ao domínio privado, enquanto o masculino se abria ao espaço público. Força, virilidade, posse e autoridade eram características atribuídas ao masculino, enquanto emoção, passividade, fragilidade e submissão eram tidas como qualidades do feminino, evidenciando assim a ideia de poder, de domínio do primeiro sobre o segundo (Balbinotti, 2018).

Essa questão que norteava a relação entre os corpos feminino e masculino representou ao longo do tempo modelo dominante da família brasileira, e por consequência, interferia diretamente no sistema de organização social e político. O Estado oriundo dessa organização era o resultado e a expressão do patriarcalismo. Somente em 1916¹ o corpo feminino ganhou o acesso ao domínio público, ainda assim, sob autorização do masculino. Portanto, entre Colônia, Império e Primeira República, a relação de poder entre os corpos pouco foi alterada, situação essa que ganharia novos capítulos a partir da década de 1930.

O fim da Primeira República e o Brasil de Vargas

A ruptura do pacto político que estabelecia a República desde a queda do Império, e a chegada de um novo regime em 1930 (Fausto, 1997) trouxe novos desdobramentos para a questão do corpo. Oficialmente, a Constituição de 1934 (Brasil, 1934) apresentava avanços em relação a legislação anterior no que tange ao corpo e aos direitos femininos. O direito ao voto pode ser tomado como um exemplo desse avanço (Nascimento, 2020). A regulamentação do trabalho veio em 1943, com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho)(Decreto-Lei, 1943).

Embora a situação legal apresentasse avanços, a prática social não acompanhou de pronto esse movimento, em grande medida incentivada por instituições de forte apelo conservador. Destaca-se nesse sentido, a fala do Cardeal D. Sebastião Leme, que embora não pregasse contra a legislação eleitoral, muito antes da sua promulgação já temia que o resultado do voto feminino provocasse o afastamento da mulher do ambiente doméstico. Para o então arcebispo do Rio de Janeiro, o mais importante era que a mulher aceitasse a “vida doméstica como seu o domínio natural e perfeito, [...] observando a autoridade legítima do marido” (Leme, 1932, p. 03) e sob ela, sim, exercesse seu direito ao voto.

A visão do religioso ecoava nas fileiras políticas. Um bom exemplo foram as falas do candidato a deputado pelo Rio de Janeiro, Luiz Guaraná. A exemplo de D. Leme, em tese

1 Trata-se do código civil de 1916, que regulava os direitos e obrigações de ordem privada concernentes às pessoas, seus bens e suas relações. A mulher casada, embora tivesse ganho o primeiro grau de autonomia, ainda era considerada parcialmente incapaz, (Cap I, inciso II) portanto ainda, de maneira geral, permanecendo sob a tutela masculina (Código Civil, 1916).

não se opunha ao voto feminino, mas defendia que “nenhuma função é[ra] mais nobre para a mulher do que a constituição e engrandecimento do lar (Guaraná, 1930, p. 07).

A principal questão em relação ao corpo feminino no período Vargas continuava reservada à sexualidade. Não eram poucas as páginas da imprensa que pregavam contra a liberdade em relação ao corpo feminino, refletindo um movimento da própria sociedade, ou buscando orientá-lo. Dentre uma série desses movimentos, destacamos “A Grande Campanha” de Laurita Lacerda Dias. A partir de uma série de palestras que chegavam às páginas da imprensa, Dias era enfática em reverberar como operava e os perigos das liberdades do corpo feminino: “a destruição da família brasileira, o principal objetivo do comunismo” (Dias, 1937, p. 05, *loc cit*).

Naquele momento o comunismo era o saco de pancada, o principal inimigo, e acusá-lo era palavra de ordem (Andrade, 2022). Em tais palestras, a grande questão colocada era, “como age o inimigo”, cuja resposta estava pronta: “orientando os costumes brasileiros”. Nos seus argumentos era clara a perspectiva de oposição às ideias e atos mais progressistas em reação ao corpo feminino (*Ibidem, loc cit*).

Vejamos nossas praias de banho. O espetáculo ali é indecoroso. Meninas e senhoras da nossa sociedade se exibem quase desnudas, pois não se pode dar o nome de vestuário àquele pequenino trapo, que serve apenas como um requinte a mais de sensualidade [...] Vai chegar o verão e com ele os vestidos de praias chamados ‘frente única’ inteiramente sem costas, e que da praia passarão às ruas, numa evolução natural (*Ibidem*)².

Como se pode notar, a questão envolvendo o corpo feminino caracterizou uma permanência ainda depois da queda da Primeira República. Nesse sentido, tal permanência significou o ritmo lento das mudanças na sociedade brasileira no que tange à relação entre corpos femininos e masculinos. Contudo, naquele momento, outras mudanças estruturais estavam ocorrendo no seio da sociedade e, a partir delas, novas perspectivas para essa relação seriam inevitáveis.

O fim da Primeira República e a chegada de Getúlio Vargas ao poder representou a saída de um pacto político baseado em um Brasil rural para um novo formato de governabilidade que buscava cada vez mais a modernidade e a urbanização (Ramos, 1961). Urbanização que o Cardeal Leme caracterizara como um processo “antidoméstico, e portanto anticristão” (Leme, 1931, p. 3).

O período subsequente à revolução de 1930 foi marcado pelo desenvolvimento da comunicação, e seus efeitos atingiam a todos os segmentos sociais do mundo urbanizado.

² Laurita Lacerda Dias também travou uma feroz campanha contra o voto feminino, o que para ela era a inversão dos desígnios da natureza feminina, criada para ser submissa ao homem, para a esfera privada e não para o espaço público (Alves, 1980).

“O rádio, o cinema e a música popular avançavam, começava-se a viver a chamada era da cultura de massas” (Barros, 2001, p. 137).

Esses novos meios de informação, que atingiam significativa parcela da população, se mostravam o meio ideal para a disseminação de uma nova ideia de poder, padronizando comportamentos e definindo conceitos. Ressalta-se, nesse caso, o importante papel dos meios de comunicação como meio de informação e conformação da opinião pública, tendo a política e seus desdobramentos como um dos seus principais destaques (Sodré, 1999).

Vargas soube capitalizar este processo à política, e como o país começava o processo de entrada na era dos meios de comunicação de massa, soube como poucos usá-los em seu interesse (Haussein, 1997). A ideia de incorporar a propaganda política, através de meios de comunicação e do entretenimento, não foi uma invenção nacional, nem mesmo de Vargas, mas podemos, sem dúvida, atribuir a ele o incentivo ao desenvolvimento e a concepção destes, voltado para o nacionalismo, ou para a organização do que o regime gostaria de estabelecer como tal (Andrade, 2022).

De fato, o líder daquele novo Brasil buscava se apresentar e firmar como tal, como um mito desse novo nacionalismo (*Ibidem*). Era necessário então dominar a mentalidade, o entendimento coletivo acerca de determinados eventos, determinar quais seriam suas representações e significados, para a partir disso, dominar os corpos e transformá-los em elementos de poder. Nesse sentido, “há que se destacar que naquele momento os meios de comunicação ganhavam relevância junto à população, uma vez que já contavam com grande circulação no país, principalmente na capital federal” (Sodré, 1999: 64). Portanto, para a efetivação deste projeto de solidificação do mito político, esforços e alianças não foram evitados. Neste caso, a cobertura dos periódicos diários deveria ser, e foi considerada.

Os jornais carregam em si o poder de disseminar as ideias, como levar ao mundo as narrativas. São estas narrativas que, repetidas *ad nauseam*, irão consolidar a base para os símbolos e estereótipos que atuarão como lente para a receptividade do corpo social em relação aos fatos narrados (Dewey, 1910). Nesse sentido, o historiador Orlando de Barros comenta que:

A veiculação do mito Getúlio Vargas deveria ser feita de diversas maneiras: arregimentando as massas gigantescas nas cerimônias cívicas, contando difundi-las de modo que provocasse a maior repercussão possível, instalando, assim, no imaginário coletivo a mensagem política desejada (Barros, 2001, p. 341).

O arregimento do conjunto social, ou seja, dos corpos, foi parte fundamental da construção do novo pacto político que despontava no Brasil com o fim da Primeira República, em que Vargas foi o principal personagem.

Contudo, esse processo mitificador de Vargas não se deu unicamente por meio da imprensa ou da propaganda direta. Através do entretenimento popular, noções de urbanidade, civismo, da família como um agente de eliminação de tensão iam sendo apreoados e, por se tratar de entretenimento, isso se dava com um teor de naturalidade. O sistema de entretenimento viveu nesse período um momento de grande expansão, e o “rádio formava, com a revista teatral, o cinema e o futebol, a base do sistema de diversão de massa” (*Ibidem*, p. 61). O próprio Vargas definiu a importância desses meios para a consolidação do seu projeto:

Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu. (Vargas, 1938, p. 187)

Por meio dessas ferramentas, o regime intervinha para construir noção de raça que desejava. A partir da associação delas a um sistema educacional voltado às mesmas finalidades, a moral e a ética do brasileiro poderiam ser modificados. O regime Vargas, ao se colocar como o orientador desse processo, de fato, o que buscava era produzir um pensamento nacional unívoco, que reconhecesse a figura do regime como norteadora de tudo isso. Mudar ou construir a moral de um povo, significa mudar sua maneira de pensar, agir, de ver o mundo, uma vez que como moral, a filosofia entende a parte que trata dos valores, sentimentos e ações do indivíduo, ou seja, a relação de si com o seu próprio corpo, esse pertencente a um corpo maior, a sociedade (Canto-Sperber, 2005).

Esse processo de construção/relação com o corpo no período Vargas resultou em ações efetivas nos mais diferentes setores da sociedade, desde as unificações culturais, os ritos dos movimentos civílistas militaristas, até a processo educacional. Era a busca do corpo sadio, o suporte físico da mente obediente.

Como exemplo, a formação da AIB (Ação Integralista Brasileira). Criada em 1932, sob o comando de Plínio Salgado e inspirada nos movimentos fascista europeus, defendia o fortalecimento do Estado e o autoritarismo. Sob o lema Deus, Pátria e Família, arregimentou apoio de simpatizantes nas várias esferas da sociedade, fazendo com que essas ideias ganhassem cada vez mais adeptos (Trindade, 1979). Caracterizada como um partido político paramilitar, seus constituintes praticavam ritos militarizados, trajavam uniformes padronizados e gritavam palavras de ordem (Levine, 2001).

Em outubro de 1937, um contingente que as mídias integralistas afirmavam ser de 50 mil homens, desfilou pela avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, em home-

nagem ao líder da nação, Getúlio Vargas (*A Noite*. 03 de nov. de 1937, p 03)³. Seus corpos adestrados, seus movimentos coreografados, bem como seus trajes impecavelmente equipados eram o exemplo do corpo social uno, pretensamente indivisível, que se afirmava existir buscando-se construir. Eram movimentos que se repetiam a exaustão. Um mês depois, outros 20 mil integralistas estavam nas ruas do Rio de Janeiro (Vargas, 1995). Havia estado em Santa Catarina (Desfile, 1934)⁴, em Minas Gerais (*A Razão*. 02 de dez. de 1937), no Maranhão (Caldeira, 1999), entre tantos outros lugares.

Embora o Integralismo não fosse obra ou ideação do próprio regime, ele era parte de um todo, de um sistema que visava a emulação de um corpo social uno, que impunha para sua condição de existência a homogeneização, o padronização dos comportamentos e dos corpos individuais (Protocollos e Rituaes, 1937). Para entender esse sistema, certamente tão importante quanto o conteúdo do seu discurso, é entender o apelo definido por meio dos desfiles minuciosamente coreografados, as Bandeiras (caravanas), os símbolos, as palavras de ordem, as canções, os discursos dramatizados, os estandartes, os uniformes, as insígnias, os rituais, enfim, a movimentação do corpo social (*Ibidem*). Toda essa gama de simbologia produzia no imaginário coletivo uma mitologia de imagens que Walter Benjamin, referindo-se ao nazismo, a havia definido como estetização da política (2012).

Estes elementos compunham um conjunto poderoso de atrativos e diferenciadores para as práticas dos partidos, e criavam toda uma mística ritualizada (rituais que regulavam do nascimento à morte) da adesão que deveria ser considerada, não a um partido, mas a um movimento que se apresentava como renovador das forças espirituais da nação (Sombra; Guerra 1998). Por meio de um movimento distópico anacrônico, baseado em um espírito renascentista de crenças e valores que jamais existira, o integralismo participava do projeto de construção de um corpo unívoco para a nação (Levine, 2001), sobretudo como exemplo da essencial disciplina.

Era um política de coerção sobre o corpo, que ia do individual ao coletivo, atuando sobre os gestos, sobre os comportamentos. Segundo Foucault, por meio dessa disciplina é que o corpo participa de uma “maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe”. Trata-se de uma “anatomia política que também é uma mecânica de poder”. É, por fim, uma mecânica que “define como se pode ter o domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que se faça o que se quer, mas para que opere como se quer, com as técnicas e a eficácia que se determina” (2007, p. 119, *loc cit*).

Contudo, a relação entre poder e corpos no período Vargas ia além da pura idea-

3 Essas mobilizações gigantescas em meio a uma população, geralmente avessa às grandes demonstrações políticas foram a base principal da expressão de poder, que impressionava simpatizantes e atemorizava os inimigos (Barros, 1987).

4 O núcleo da Ação Integralista Brasileira em Brusque foi fundado em 12 de agosto de 1934 a partir de uma assembleia realizada no Cine Teatro Guarany com a presença de grande presença do público local.

ção ou manipulação para a construção do corpo ideal, do espírito que representasse o nacional. Era também de ações diretas, na tentativa de eliminar o que não estivesse compreendido dentro desse conceito, os corpos indesejáveis. O meio escolhido, a operacionalização do medo, fosse pela violência, ou pela rotulação de comunismo e de comunistas⁵.

Com o utensílio do termo comunismo dividia-se a população em duas partes; os que apoiavam o governo *versus* os que estavam ao lado dos — supostos — comunistas. Os que se colocavam contra o governo eram considerados desprovidos de qualquer consideração e humanidade por já haverem renegado e postergado os valores fundamentais da civilização humana (Bonet, 1998). Esse conceito era rotineiramente empregado na propaganda anticomunista, promovendo a descrição dos comunistas sempre como rebeldes contra Deus, contra a família e a ordem, entre outras caracterizações (Andrade, 2023). Eram simplesmente corpos que poderiam/deveriam ser eliminados.

Sob o rótulo de comunista, qualquer um que se colocasse como empecilho ao projeto político em questão deveria ser eliminado (Mourelle, 2019). Prisões de opositores demandadas unicamente pela vontade do aparato policial, justificadas como crimes contra a nação configuravam verdadeiras faxinas sociais, cujo objetivo era manter o constante estado de terror que o regime impunha à população, a fim de mantê-la sob seu controle.

Sobre as faxinas sociais, a historiadora Elizabeth Cancelli afirma que elas ocorriam, no pleno funcionamento de um Estado policial que foi desenvolvido naquele período e que além do medo do perigo oferecido pelo suposto comunismo, promoveu também o medo pela prisão inexplicada de muitos, e o sumiço de outros tantos (Cancelli, 1994)⁶. Tal política ganhou força especialmente após a criação do Serviço de Fiscalização e Repressão à Mendicância e a Menores Abandonados em 1934 (Vargas, 1937, item 37), que pretenda tirar das ruas menores e mendigos, encaminhando-os para instituições, especialmente as colônias agrícolas. Naquele momento da política nacional a “sensação de insegurança e incerteza era incentivada pelo governo que, assim, fazia do medo um aliado a fim de obter meios para agir violentamente contra seus inimigos” (Mourelle, 2019, p. 27).

A perseguição aos opositores, por meio das ações policiais que poderiam acontecer livremente e com a devida ressalva para agir contra quem quer que fosse, foi um fato. O número de encarcerados sem ordem judicial, nota de culpa, ou mesmo relatório da própria polícia era de grande soma. Desta forma o medo se generalizava, seja dos males do comunismo ou da própria ação do regime, e a população em sua maioria se aliava ou se submetia. Em outras palavras, encerrava-se por meio realinhamento ou da eliminação dos indesejáveis, a homogeneização dos corpos, para, a partir dela, construir o novo projeto

5 Para Érico Veríssimo, comunista era um pseudônimo que os conservadores, os conformistas e os saudosistas do fascismo inventaram para designar simplisticamente todo o sujeito que simplesmente luta[va] e clama[va] por justiça social (Verissimo, 1988).

6 O termo faxina social foi usado para descrever a retirada de moradores indesejados do centro da cidade.

de nação, ou de poder.

Considerações finais

A relação entre corpo e poder, de fato, foi e continua sendo uma questão que acompanha o desenvolvimento das sociedades ao longo da história humana. Desde a antiguidade, diversos matizes dessa relação vieram à evidência, foram suplantados por outros, ou simplesmente adaptaram-se entre si, dando origem a uma nova relação. Desde a sacralização do corpo, como um elemento holístico, completo, da união entre carne e espírito, até a negação dessa natureza transcendente.

Ao longo do tempo, o corpo foi parte vinculada à construção da própria sociedade em que está inserido, e, muitas vezes, as interpretações acerca do que se toma como corpo é produto do discurso norteador da evolução desse própria sociedade. A partir de determinados padrões constrói-se novos, portanto, o corpo pode ser considerado como elemento gerado e gerador do próprio grupo social em que está inserido. Trata-se de um processo retroalimentado em que os indivíduos tendem a imitar atos exitosos, a fim de alcançarem os mesmos resultados.

Desde a descoberta do corpo como elemento de poder na antiguidade clássica, tal representação transitou do corpo do indivíduo para o corpo dos governantes, que nesse caso representava o modelo perfeito. Contudo, na Idade Média, isso se desfaz em uma miscelânea de novas e renovadas interpretações. Desde o retorno do corpo sacralizado, à dicotomia entre o masculino e o feminino, o corpo assume novas orientações de poder dentro das sociedade, passando à modernidade como elemento de discussão, que poderia ser estudado, disciplinado.

A disciplina foi o elemento transformador, ou renovador da relação corpo/poder. Especialmente após o advento dos grandes meios de comunicação, pode ser orientada, garantido uma padronização de conceitos acerca do corpo. A partir dessa padronização pode se vislumbrar a unificação do corpo social, tornando-se o corpo individual um elemento de atuação do poder. No Brasil, especialmente após o fim da Primeira República, essa foi tônica da narrativa. Com um forte uso da propaganda, respondida por grandes eventos cívico, por intervenção no processo educacional, a disciplina foi sendo paulatinamente implantada e as representações dos 'corpos sadios' sendo reafirmadas e, por consequência, o poder do corpo social sobre o individual sendo consolidado.

Referências

A NOITE. 03 de nov. de 1937, p 03.

A OFFENSIVA. 02 de out. de 1937, p. 03.

A RAZÃO. 02 de dez. de 1937, p. 1

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

ANDRADE, José Antonio de. O Grande Medo Brasileiro: imaginário social, cultura do medo e anticomunismo no Brasil da Segunda República. **Intellectus** - v.22, n.2 2023, p.21-43, jul-dez. 2023. DOI: 10.12957/intellectus.2023.77753.

ANDRADE, José Antonio de. **Forjando o inimigo**: Getúlio Vargas, a mídia e o grande medo do comunismo. 214 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2022.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, n. 50, p. 71-102, jul. 2005. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/1300>. Acesso em: 30/06/2023.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista Da ESMESC**, v. 25 n. 31, 2018, p. 239–264

BARBOSA, M. R.; MATOS, P. M.; COSTA, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**; nº 23, v. 1: 24-34, 2011. p. 28.

BARROS, Orlando de. **Custódio Mesquita**: Um compositor romântico no tempo de Vargas (1930-45). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

BARROS, Orlando de. **Preconceito e Educação no Governo Vargas (1930-45)**: Capane-ma, um episódio de intolerância no Colégio Pedro II. Sesquicentenário do Colégio Pedro II. Caderno nº8. Cadernos avulsos da biblioteca do professor do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro, 1987.

BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos.** (livro brasileiro de 1700) (Estudo preliminar) Pedro de Alcântara Figueira; Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica.** Tradução Francisco Dea Ambrosio Pinheiro Machado. Porto Alegre: Zouk, 2012.

BIVAR MARQUESE, Rafael de. **Feitores do corpo, missionários da mente:** senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: Bobbio, Norberto et al. **Dicionário de Política.** Tradução Carmen Varriale, Gaetano Mônico, João Ferreira, Luis Pinto e Renzo Dini. Vol.1, 11ª Ed. Brasília: ED. UnB, 1998. p. 34-35.

BRASIL, Constituição. Lex: Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934.

Caldeira, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional:** a ação integralista no Maranhão (1933-1937). São Paulo: Anablume. 1999.

CANCELLI, Elisabeth. **O mundo da violência:** a polícia na era Vargas. 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CANTO-SPERBER, Monique. **A inquietude moral e a vida humana.** São Paulo: Loyola, 2005.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa.** São Paulo: Summus Editorial, 1986.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. **Revista Brasileira de História.** 8.16 (1988): 83-105. Disponível em: <https://uranohistoria.blogspot.com/2010/12/revista-brasileira-de-historia-100-anos.html>. Acesso em: 20/03/2021.

CÓDIGO Civil de 1916 - **Lei** Nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916. Disponível em: <https://>

www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 01/07/2023.

COSTA, Vani Maria Melo. Corpo e história. **Revista Ecos**, v. 10, n. 1, 2011. Acesso em: 27/06/2023. Disponível em: <https://periodicos2.unemat.br/index.php/ecos/article/view/777>. Acesso em: 23/01/2022

CUNHA, Maria João. **A imagem corporal**: uma abordagem sociológica à importância do corpo e da magreza para as adolescentes. *Azeitão: Autonomia* 27. 2004, p. 178.

DAMIANI, Gerson; PINHEIRO, Wagner Pereira; NOCETTI, María Antonieta Gallart. **O Mundo Indígena na América Latina**: Olhares e Perspectivas. Beatriz Paredes (coordenação). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

DAOLIO, Jocimar. **Da cultura do corpo**. Campinas, SP: Papirus. 1995.

DEWEY, John. **How We Think**. Chicago: D. C. Heath & Co Publishers. 1910.

DESFILE do Movimento Integralista. Acervo Museu Casa de Brusque, 1934. Disponível em: <https://www.brusquememoria.com.br/acervo-imagem/2001>. Acesso em: 08/06/2024.

DECRETO **Lei** nº 5.452 de 01 de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 01/07/2023.

DEL PRIORE, Mary; Amantino, Márcia. **História do corpo no Brasil** (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DIAS, Laurita Lacerda. A Grande Campanha. **A Cruz**, Rio de Janeiro, xx/01/1937.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

GRILLO, José Geraldo Costa; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. O culto imperial romano e o cristianismo primitivo, algumas considerações. **Revista Mundo Antigo**. Campos dos Goytacazes, v. 4, não. 8, pág. 49-65, 2015.

GUARANÁ, Luiz. Ao eleitorado de 2º distrito Fluminense. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11/02/1930.

GUERRAS, Maria Sonsoles. O Imperador Teodósio e a cristianização do Imperio. *Classica* - **Revista Brasileira de Estudos Clássicos**, p. 155-160, 1992. DOI: <https://doi.org/10.24277/classica.v0i0.826>

GUTIÉRREZ Estévez, M. Esos cuerpos, esas almas. Una introducción. In: Gutiérrez Estévez, M.; Pitarch, P. (eds.). **Retóricas del cuerpo amerindio** (pp. 9-56). Madrid: Iberoamericana. 2010.

HAUSSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón**. 1ª Ed. Porto Alegre: Ediprucrs, 1997.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

KOELTZSCH, Grit Kirstin. **Biopolítica y educación corporal en el socialismo del siglo XX**. Autoetnografía de un cuerpo danzante. Tesis (Tesis de Maestría) - Universidad Nacional de Jujuy. 2019.

LEME, Dom Sebastião. O dever eleitoral dos católicos – OS discursos proferidos e a palavras de S. Emcia., o Cardeal Leme. **A Cruz**, Rio de Janeiro, 06/01/1932.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a Era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, Suzana. Corpo em trânsito entre a ação e a divindade: Polirritmia-Policentrismo-Sentido Holístico. **Conception**, v. 4, n. 1, 2015.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: **Sociologia e Antropologia**. Trad. Mauro W. B. de Almeida. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. **O Brasil a caminho do Estado Novo**: as cartas de Pedro Ernesto e a trama política que antecede o golpe (1936-37) 1. ed. – Rio de Janeiro: 7 Letras, 2019.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Mulheres e Cidadania: o alistamento eleitoral feminino e a ampliação dos direitos políticos no Rio Grande do Norte (1927-1928). **SÆCULUM – Revista de História**. v. 25, n. 42. João Pessoa, p. 138-156, jan./jun. 2020.

OLIVEIRA, Anderson Eduardo Carvalho de. **Atendimento a homens autores de violência contra a mulher**: lacunas, desafios e perspectivas. 122 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista. **Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2002.

PAIM, M. C. C.; STREY, M. N. Corpos em metamorphose: um breve olhar sobre os corpos na história, e novas configurações sobre corpos na atualidade. **EFDeportes.com, Revista Digital**. nº 79, 2004. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd79/corpos.htm>. Acesso em: 21/05/2023.

PELEGRINI, Thiago. Imagens do corpo: reflexões sobre as acepções corporais construídas pelas sociedades ocidentais. **Revista Urutágua**. Nº 08: 1-6. 2005. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/008/08edu_pelegrini. Acesso em: 29/06/2023.

PINKER, Steven. **O novo iluminismo**: em defesa da razão, da ciência e do humanismo. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

PROTOCOLLOS e Rituaes. *Monitor Integralista*, Edição do Núcleo Municipal de Niterói, n. 18, 1937.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ROSÁRIO, N. M. Apud: Barbosa, M. R.; Matos, P. M.; Costa, M. E. Um olhar sobre o corpo: o corpo ontem e hoje. **Psicologia & Sociedade**; 23 (1): 24-34, 2011. DOI: <https://>

doi.org/10.1590/S0102-71822011000100004.

RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski. **Famílias simultâneas**: da unidade codificada à pluralidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 119.

SOARES, Carmem Lúcia (org.). **O Corpo na História**. 4 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2022.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Mauad. 1999.

SOMBRA, Luiz Henrique; Guerra, Luiz Felipe Hirtz (orgs.). **Imagens do Sigma**. Rio Janeiro: Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

TUCHERMAN, Ieda. **Breve história do corpo e de seus monstros**. Lisboa: Veja. 2004.

VARGAS, Getúlio. **Diário**. Vol. II (1937-1942). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VARGAS, Getúlio. O cinema nacional: elemento de aproximação dos habitantes do País. In: **A nova política do Brasil**. Volume III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 183-189.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem apresentada ao Poder Legislativo em 3 de maio de 1937**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

VAZ, Paulo. **Corpo e risco**. 2006 [versão on-line]. Acesso em: 28/06/2023. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2564783-Corpo-e-risco-paulo-vaz.html>.

VERÍSSIMO, Erico. **Incidente em Antares**. 49ª ed. São Paulo: Globo, 1988.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Nota breve sobre a categoria de pessoa e os seres do devir: a metafísica Tupi-Guarani. In: **Araweté**: Os deuses canibais. (pp. 117-127) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986.